

HABEAS CORPUS Nº 543.580 - SP (2019/0331561-9)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
MAÍRA SANTOS ABRÃO - SP173326
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : RAFAEL RODRIGUES MORENO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de **RAFAEL RODRIGUES MORENO**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado pelo crime de tráfico transnacional de drogas, tendo tido **suas penas reduzidas, em recurso de apelação parcialmente provido pelo eg. Tribunal de origem**, a 2 anos e 11 meses de reclusão, em regime inicial aberto, assim como foi-lhe imposto o pagamento de 291 dias-multa (fls. 17-34).

A pena privativa de liberdade foi **substituída por duas restritivas de direitos** de prestação de serviços à comunidade (fl. 28).

Houve o **debate da execução provisória das penas na origem**, ainda que sucinto (fl. 32):

"Execução provisória da pena. Exauridos os recursos cabíveis perante esta Corte, mesmo que ainda pendente o julgamento de recursos interpostos perante as Cortes Superiores (Recurso Extraordinário e Recurso Especial), deve ser expedida Carta de Sentença, bem como comunicação ao juízo de origem, a fim de que se inicie, provisoriamente, a execução da pena imposta por meio de acórdão condenatório exarado em sede de Apelação. Destaque-se que o referido entendimento tem aplicação, inclusive, em sede de imposição de penas restritivas de direito conforme já teve oportunidade de decidir o C. Supremo Tribunal Federal (RE 1125909 AgR. Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018. PROCESSO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018 e RE 1129642 AgR. Rel. Min. MARCO AURÉLIO. Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 26/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-187

DIVULG 05-09-2018 PUBLIC 06-09-2018). Em havendo o trânsito em julgado, hipótese em que a execução será definitiva, ou no caso de já ter sido expedida guia provisória de execução, tornam-se desnecessárias tais providências. Prejudicada, portanto, a questão relativa ao direito de recorrer em liberdade."

O recurso especial foi inadmitido (fls. 80-84), decisão que foi agravada pelo d. Ministério Público.

A guia de **execução provisória** foi expedida (fls. 57-60).

Certidão informando a impossibilidade de intimação do paciente, com informação de que teria se mudado para Barcelona, Espanha, há "algum tempo" (fl. 68).

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa requer, inclusive LIMINARMENTE, *"que se suspenda a execução provisória de pena restritiva de direitos, garantindo-se, desse modo, a correta observância da lei penal e fazendo cessar a coação. No mérito, requer-se a confirmação da liminar, para que seja afastado o constrangimento ilegal consistente na execução da pena antes do trânsito em julgado da decisão condenatória"* (fl. 10).

É o relatório. **Decido.**

No que diz respeito ao cumprimento provisório das penas privativas de liberdade, insta consignar, inicialmente, que o Plenário do col. **Supremo Tribunal Federal**, decidiu em repercussão geral, pela possibilidade da execução provisória da pena após o julgamento em segundo grau (ARE 964.246/SP, de relatoria do em. Min. Teori Zavascki). Tal entendimento foi encampado por este Tribunal Superior.

De se ressaltar, contudo, que esta Corte de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que a possibilidade de **execução provisória da pena não se estende para os casos de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos**, como ocorre nestes autos.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PROIBIÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, não analisou tal possibilidade quanto às reprimendas restritivas de direitos.

2. Considerando a ausência de manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação. Precedentes.

3. De qualquer forma, no caso das penas restritivas de direitos, a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça manteve o entendimento de que não cabe execução provisória antes do trânsito em julgado, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal, consoante julgamento dos EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no AREsp 971.249/SP, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 28/11/2017. No mesmo diapasão: . 1.619.087/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI, Terceira Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 24/08/2017; AgRg no HC 447.852/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018; AgRg no HC 440.449/SC, por mim relatado, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 01/06/2018 e AgInt no AREsp 1153446/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 06/06/2018. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 448.711/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 01/08/2018)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE TRÂNSITO EM JULGADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Embargos de declaração, opostos dentro do quinquídio legal, recebidos como agravo regimental, em homenagem ao princípio da celeridade e economia processual.

2. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, porquanto em sintonia com a jurisprudência desta Corte superior.

3. Ressalva compressão pessoal diversa, a Terceira

Superior Tribunal de Justiça

Seção, no julgamento do EResp 1.619.087/SC, na sessão de 14/6/2017, adotou a orientação quanto à impossibilidade de execução provisória da pena restritiva de direitos, sendo indispensável, em tais casos, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento." (EDcl no RHC 92.257/PR, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 15/08/2018)

Ante o exposto, vislumbro, na espécie, a presença dos requisitos autorizadores da medida urgente, razão pela qual **concedo a liminar para suspender**, até o julgamento do mérito deste **writ**, a execução provisória das penas restritivas de direitos.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora.

A autoridade coatora e o d. Juízo **a quo** devem ser **comunicados** da presente decisão.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator